



EXPRESSO	26. JAN. 1980	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Movimento diplomático abrangerá cerca de 30 pessoas

PODERÁ não assumir as dimensões que inicialmente se previa o movimento diplomático decidido por Freitas do Amaral e submetido a apreciação do último Conselho de Ministros nas suas linhas gerais.

O aspecto mais saliente do movimento, que abrangerá cerca de 30 pessoas, e que foi apresentado ontem pelo vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros ao Presidente da República, deve ser a exoneração de alguns dos embaixadores políticos e nomeadamente daqueles que não apresentaram o seu pedido de demissão ao novo Governo.

Assim terá sido decidido propor ao Presidente da República a exoneração de Maria de Lurdes Pintasilgo, sendo certo que, se o general Lemos recusar a assinatura no necessário decreto de exoneração, a antiga primeiro-ministro ficará retida em Lisboa pelo ministro dos Negócios Estrangeiros que tem competência para a manter afastada do posto todo o tempo que pretender.

Os restantes embaixadores políticos cuja exoneração foi proposta ao Presidente da República são Walter Rosa, (Venezuela), Fernandes Fafe, (México), Flores de Andrade (Zâmbia) e Manuel João da Palma Carlos (Cuba), embora se suponha que seja intenção do Governo distinguir os casos de Flores de Andrade (que já há vários meses pedira para cessar funções e a quem fora solicitado que se mantivesse no posto face à eventualidade da visita do general Eanes à Zâmbia, capital onde se encontra colocado há quatro anos) e Palma Carlos que deve atingir muito em breve o limite de idade.

A posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Governo seria bastante mais radical em relação a Walter Rosa e Fernandes Fafe que se teriam recusado a pôr os lugares à disposição, apesar de terem sido instados a fazê-lo por um telegrama de Freitas do Amaral.

Permanecerão nas suas funções, apesar de terem posto os lugares à disposição, Álvaro Guerra (Belgrado), Ernani Lopes (CEE), Henrique Granadeiro (OCDE) e José Cutileiro (Conselho da Europa).

Entretanto, deverão concretizar-se as nomeações de Freitas Cruz e Paulo Enes para Londres e para Bona respectivamente, apesar das dúvidas inicialmente colocadas. Em relação ao antigo ministro dos Negócios Estrangeiros chegou-se a admitir a possibilidade já ultrapassada da sua colocação em Washing-

ton, devendo, nesse caso, Hall Themido, que se encontra na capital norte-americana há seis anos, transitar para Londres.

Também Sá Coutinho, que estava já nomeado para Madrid, deverá assumir funções na capital espanhola, ao que tudo, indica no próximo mês de Março, estando agora a terminar as despedidas em Angola.

Para Luanda deverá seguir Silva Marques, actualmente colocado na Holanda, onde deverá ser substituído por António Patrício.

Um dos postos cujo preenchimento continua a apresentar-se como mais complexo é o do Maputo, para o qual estaria designado Fernando Reino, indicação que se não sabe ainda se merecerá a concordância de actual ministro e do Governo. José Cutileiro ter-se-á oferecido para desempenhar essas funções, mas o Governo terá optado pela sua continuidade em Estrasburgo, junto do Conselho da Europa.

A concretização do movimento proposto pelo ministro ficará, em qualquer caso, dependente da atitude do Presidente da República que terá recordado que todos os decretos de nomeação e exoneração de embaixadores eram da sua competência, pelo que quaisquer decisões do Governo só poderiam ser consideradas como propostas que aceitaria ou não, depois de uma avaliação de conjunto.

Foi, muito notada a circunstância de o primeiro encontro entre o Presidente da República e o ministro dos Negócios Estrangeiros do actual Governo só ter tido lugar ontem e ainda assim no decurso de uma cerimónia de apresentação de credenciais, já que em anteriores governos tais encontros eram frequentes.

As relações entre o Presidente da República e Freitas do Amaral parecem, de resto, estar a decorrer de uma forma bastante difícil, sendo muito apontada a circunstância de a decisão do Governo português de retirar apoio à candidatura de Melo Antunes para o cargo de secretário-geral adjunto das Nações Unidas para a Ciência e Tecnologia não ter sido objecto de comunicação a Ramalho Eanes.

A decisão de Freitas do Amaral não foi, aliás comunicada ao próprio Governo, o que terá determinado que já depois de terem sido enviadas instruções para Nova Iorque, de imediato executadas por Futscher Pereira (que comunicou a Waldheim as decisões das autoridades portuguesas) seguisse um novo telegrama de sentido contrário.

Futuro